



ABRATEL.

INFORME SEMANAL

11 a 15 de dezembro - Número 232 - Ano 2023



PL 334/2023

**CONGRESSO NACIONAL
DERRUBA VETO À
DESONERAÇÃO DA FOLHA**

Política é mantida até 31 de dezembro de 2027

Na quinta-feira (14), o Congresso Nacional rejeitou o veto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Projeto de Lei 334/2023, que prorroga até 31 de dezembro de 2027 a desoneração da folha de pagamento para os 17 setores da economia que mais empregam no país.

O texto, que havia sido vetado integralmente, será agora promulgado como lei.

Com a desoneração, as empresas beneficiadas podem optar pelo pagamento das contribuições sociais sobre a receita bruta com alíquotas de 1% a 4,5% em vez de pagar 20% de INSS relativo aos empregados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Os segmentos geram 9,24 milhões de empregos formais, além de outros milhões de postos de trabalho em suas redes de produção, e temem os impactos que o fim da desoneração possa trazer.

Outro ponto do projeto que virará lei diminui, de 20% para 8%, a alíquota do INSS para municípios com população de cerca de 156 mil habitantes.

“Deixo meu agradecimento, em especial aos radiodifusores e comunicadores deste país, para todos que lutaram pela derubada do veto à desoneração. Foram 378 votos na Câmara dos Deputados e 60 votos no Senado Federal pela rejeição. Uma vitória que demonstra a força do nosso setor. Estamos unidos e permaneceremos para continuar conquistando tudo aquilo que é justo para todas as emissoras de rádio e televisão brasileiras”, celebrou Márcio Novaes, presidente da Abratel.

Os 17 setores que podem realizar a desoneração da folha são:

- confecção e vestuário;
- calçados;
- construção civil;
- call center;
- comunicação;
- empresas de construção e obras de infraestrutura;
- couro;
- fabricação de veículos e carrocerias;
- máquinas e equipamentos;
- proteína animal;
- têxtil;
- TI (tecnologia da informação);
- TIC (tecnologia de comunicação);
- projeto de circuitos integrados;
- transporte metroferroviário de passageiros;
- transporte rodoviário coletivo;
- transporte rodoviário de cargas.



“A manutenção da desoneração é de suma importância para manter postos de trabalho. Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, entendemos que os estímulos previstos no projeto já existem há anos e não configuram inovação relevante no ordenamento jurídico”

Senador Angelo Coronel (PSD/BA), relator do projeto no Senado

“As empresas precisam de segurança jurídica para poder ter tempo de abrir novas filiais, ampliar os seus negócios e, portanto, contratar mais pessoas, que é a finalidade dessa política pública, tirar pais, mães e jovens da fila do desemprego e, com o suor do seu rosto, colocar o pão na mesa da sua casa”

Senador Efraim Filho (União/PB), autor da matéria

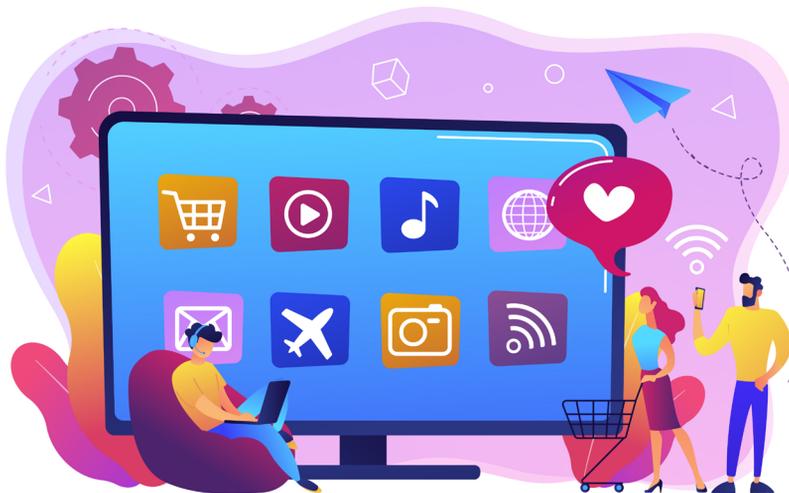
“Seguiremos defendendo quem gera emprego e renda no Brasil. Garantimos a manutenção de milhões de empregos, a competitividade das empresas e o não aumento do custo de vida das famílias brasileiras”

Deputada Any Ortiz (Cidadania/RS), relatora da matéria na Câmara

“A desoneração é uma política já existente no Brasil, alcança 17 setores da economia que têm alta empregabilidade. Tudo que nós não podemos, neste momento, em um viés de combate ao desemprego e redução do desemprego, é ter movimentos bruscos que abalem essa empregabilidade, essa geração de emprego”

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco





Kantar IBOPE Media analisa relação dos brasileiros com conteúdos em vídeo

Dados apontam que 22% das pessoas consomem os formatos online e linear em um único dia

A Kantar IBOPE Media divulgou a edição de dezembro do Data Stories, conteúdo temático lançado bimestralmente pela empresa.

O material, batizado de “Tendências e previsões para o vídeo: os caminhos do vídeo junto ao consumidor brasileiro”, explora as relações do público com o formato, conectando hábitos de nível global ao comportamento nacional.

De acordo com a publicação, 35% dos brasileiros afirmam que a televisão é sua principal fonte de entretenimento e 71% gostam de relaxar assistindo à TV.

Neste cenário, despontam as TVs Conectadas (CTVs), que oferecem equilíbrio entre personalização e privacidade, ao permitir acompanhar a granularidade de cada canal e conteúdo (linear ou on demand) sem o compartilhamento de dados sensíveis ou pessoais.

Hoje, o aparelho tem 60% de pene-

tração no Brasil, com maiores destaques para as praças de Fortaleza (68%), Brasília (65%) e São Paulo (63%).

Por outro lado, 49% dos brasileiros dizem que os serviços de transmissão online mudaram a forma como assistem à TV. Entre os principais motivos que levam à assinatura de uma plataforma de vídeo online estão amplo catálogo de filmes e séries novos (46%), amplo catálogo de filmes e séries antigos (24%) e conteúdo original do fornecedor (15%).

Com a greve de profissionais do audiovisual nos Estados Unidos, canais e plataformas voltaram-se tanto às produções de outros mercados quanto ao resgate de programas antigos, apoiando-se no poder da nostalgia.

Em 2024, o movimento deverá persistir, com um menu mais diversificado em origens e idiomas, além do retorno daquilo que já foi sucesso em outro tempo ou outro canal.

Prova dessa projeção é que, hoje, 33% dos brasileiros preferem ver programas de TV em seus idiomas originais. E mais: 35% mencionam séries estrangeiras e 49% citam filmes internacionais entre os conteúdos mais assistidos.

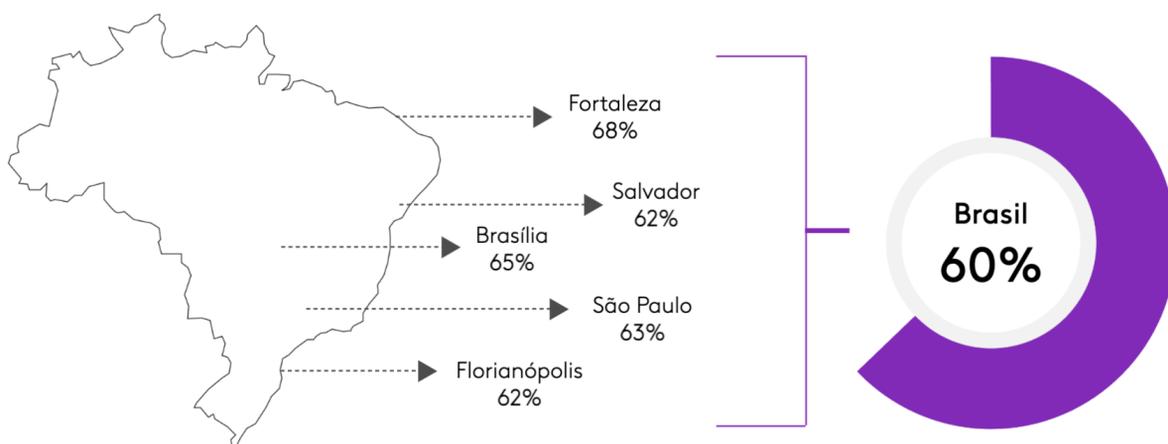
Em 2023, ainda foi possível ver diversos produtos audiovisuais aguardados pelo público lançados com uma estratégia em diversos canais. Barbie, Super Mario Bros.

O Filme, A Pequena Sereia e outros lançamentos integraram universos como games, social media, música, TV linear e plataformas de vídeo online. O desdobramento de eventos presenciais em programação, como a transmissão do festival The Town pela TV ou turnês musicais gerando filmes no cinema, também mostram

que o conteúdo é transversal aos canais. Hoje, a população nacional caminha em direção ao crossmedia. Dados da Kantar apontam que 22% das pessoas consomem vídeo online e TV linear em um dia, sendo que 26% assistem exclusivamente ao formato linear. Além disso, os brasileiros são multiplataforma, embora a grande tela ainda seja a principal forma de se assistir a conteúdo, até mesmo para os títulos online.

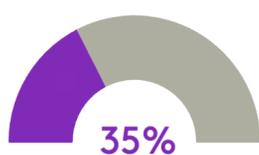
No próximo anos, na avaliação da Kantar, deveremos ver ainda mais exemplos dessa presença multicanal nos grandes lançamentos audiovisuais, uma vez que as próprias audiências trafegam entre meios e telas, consumindo diversos canais e plataformas em busca do conteúdo onde quer que ele esteja.

Penetração percentual de CTV

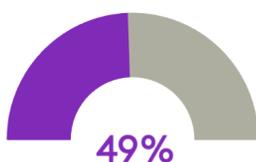


Fonte: Kantar IBOPE Média | TG BR 2023 R2 - Pessoas

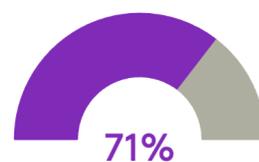
Entre os brasileiros:



A televisão é minha principal fonte de entretenimento



Os serviços de transmissão online mudaram a forma como assisto TV



Eu gosto de relaxar assistindo TV

Fonte: Kantar IBOPE Média | Target Group Index | TG BR 2023 R2 - Pessoas



Anatel derruba 3,9 mil servidores de TV boxes ilegais em 2023

Número é resultado do Plano de Combate aos Decodificadores Clandestinos do SeAC, estabelecido pela Agência em fevereiro

A Anatel divulgou que no ano de 2023, foram realizadas 52 operações de bloqueios que atingiram um total de 3,9 mil endereços de servidores clandestinos utilizados para pirataria de conteúdo audiovisual por meio de decodificadores nos domicílios dos usuários, aparelhos popularmente conhecidos como TV boxes.

“As operações do Plano de Combate aos Decodificadores Clandestinos do SeAC tiveram início antes do carnaval, atingindo apenas uma tecnologia (usada para a pirataria), e, atualmente, bloqueamos as três principais tecnologias, compartilhamento de chave de criptografia do sinal do SeAC (Serviço de TV por Assinatura), assinatura pirata e IPTV”, explicou o conselheiro diretor da Anatel Artur Coimbra, coordenador do combate à pirataria no órgão regulador.

Cooperação – No último dia 6, a Agência realizou, pela primeira vez, uma operação sincronizada com as prestadoras de banda larga e o Laboratório de Operações Cibernética do Ministério da Justiça. A ação bloqueou, durante a transmissão da última rodada da Série A do Campeonato Brasileiro Masculino de Futebol, aplicativos usados para pirataria e 1,2 mil sites de streaming ilegais.

Segundo Coimbra, “o objetivo da Anatel é retirar TV boxes não homologadas dos lares brasileiros. Esses dispositivos não têm assistência técnica, não há garantia de segurança de dados, e podem se tornar vetores de ataques digitais à rede do usuário ou às redes das prestadoras de telecomunicações”. Os estudos de engenharia reversa realizados pela Agência desde 2021 comprovaram ataques e danos que podem ocorrer a usuários de TV boxes irregulares.

Por fim, na opinião de Coimbra, “2023 tem sido um ano de bastante aprendizado para a atuação da Agência e já constrangemos os fornecedores de equipamentos clandestinos e de serviços ilegais. Para 2024, devemos ampliar as operações de bloqueio, fortalecendo o combate à pirataria de conteúdo audiovisual no Brasil, e ampliar o combate ao comércio e uso de TV boxes clandestinas”.

Quanto às opções ao consumidor, a Anatel lembra mais uma vez que, conforme decisão de 2020, canais de televisão fechados podem ser assinados e acessados legalmente pela internet. Desde então, cresceu a disponibilidade de ofertas legítimas mais acessíveis aos consumidores de conteúdo audiovisual.



Abratel Informa | Anatel - ATO Nº 17277

No dia 15/12/2023, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) [publicou o Ato Nº 17277](#), trazendo esclarecimentos cruciais sobre a isenção da taxa de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (PPDUR) para as estações complementares.

As estações complementares surgiram no âmbito das transmissões de TV com tecnologia digital, desempenhando um papel essencial ao reforçar o sinal ou cobrir áreas de sombra das estações digitais principais.

Atualmente, essas estações desempenham um papel fundamental em regiões metro-

politanas, sendo necessário em média sete estações complementares por emissora para cobrir a área das cinco maiores capitais. Dado o uso intensivo dessas estações, os custos associados à ativação e manutenção tornaram-se significativos para as emissoras.

Uma despesa notável estava relacionada ao pagamento do PPDUR, que, por falta de regulamentação específica, vinha sendo calculado com base nos valores aplicados às estações principais. Esses valores eram muito elevados, equiparáveis aos investimentos necessários para implantar as próprias estações complementares.

MCOM PRORROGA DESLIGAMENTO DA TV ANALÓGICA ATÉ 2025

**1.005 CIDADES QUE NÃO ESTÃO
100% DIGITALIZADAS OU
COM PENDÊNCIAS NA
CONSIGNAÇÃO =
DESLIGAMENTO
ATÉ 30/06/25**

**3.187 MUNICÍPIOS
DIGITALIZADOS E
SEM PENDÊNCIAS DE
CONSIGNAÇÃO = SINAL
DESLIGADO ATÉ 15/12/23**



Saiba mais em:
www.abratel.org.br

EXPEDIENTE

Presidente
Márcio Silva Novaes
Vice-presidente Administrativo
Luciano Ribeiro
Vice-presidente Financeiro
Veríssimo de Jesus
Vice-presidente de Televisão
André Dias
Vice-presidente de Rádio
Marcelo de Lima Brasil
Diretor Geral
Samir Nobre

Gerente Executiva
Erinalva Araujo
Assessoria Jurídica e Regulatória
Alvaro Vasconcelos
Eduardo Lopes
Assessoria Técnica de Engenharia
Wender Souza
Administrativo
Ana Duarte
Bruno Veras
Lindinalva Tavares

Coordenador de RelGov
Lindemberg Portela
Assessoria de Comunicação e Designer
Amanda Salviano

